



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

Célia Bernadete Ferro

EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA:
Um ato político no campo e na cidade

Recife/PE
2026

Célia Bernadete Ferro

EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA:

Um ato político no campo e na cidade

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial submetido ao curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Agroecologia.

Orientadora: Prof(a). Dr^a Gilvânia de Oliveira Silva

Recife/PE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

F395e Ferro, Célia Bernadete.
Educação e agroecologia: um ato político no campo e na cidade / Célia Bernadete Ferro. – Recife, 2026.
32 f.

Orientador(a): Gilvânia de Oliveira Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado
em Agroecologia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Educação rural. 2. Educação popular. 3. Métodos de ensino . I. Silva, Gilvânia de Oliveira, orient. II. Título

CDD 630.2745

Célia Bernadete Ferro

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 10 de fevereiro de 2026.

Ana Cláudia de Lima Silva
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Profª Dra. Gilvânia de Oliveira Silva.
Orientador(a)

Profª Dra. Ana Cláudia de Lima Silva.
Departamento de Educação - UFRPE

Profª Dra. Joanna Lessa Fontes Silva
Departamento de Educação - UFRPE

Profª Mestra Eduarda Campos
Examinadora Externa – Escola Ana Nery, Petrolina-PE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, a Jesus Cristo, pois sem Ele nada disso teria sido possível. A Ele, toda honra e gratidão por ter me sustentado e guiado até aqui.

Dedico também à minha eterna mãe (*in memoriam*), uma grande mulher, que sempre me incentivou e acreditou em mim, mesmo nos momentos mais difíceis. Sua força e seu amor seguem vivos em minha caminhada.

À minha filha querida, que com suas palavras de incentivo sempre me lembrou: “Mãe, nunca desista do seu sonho”. Você é minha maior motivação.

Por fim, dedico à professora doutora Gilvânia de Oliveira Silva, minha orientadora, que com paciência, compromisso e apoio tornou possível a realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Minha filha Bárbara Luiza, minha família. Em especial minha mãe Nirze Bittencourt Ferreira (*in memoriam*), meu pai Francisco Ferreira Ferro (*in memoriam*).

A professora Doutora Gilvânia de Oliveira Silva.

RESUMO

Aqui apresento o meu memorial, fruto da construção de conhecimentos e práticas construídas nos últimos 4 anos que cursei o Bacharelado em Agroecologia na UFRPE. As ferramentas utilizadas para construir esse trabalho foram os relatórios dos semestres, vivências com as comunidades durante à imersão e o tempo comunidade, além de leituras sistematizadas das temáticas que mais me chamaram atenção que foram Educação Popular, Educação do Campo e Educação em Agroecologia. A Educação do Campo consiste numa prática social que envolve todos, familiares, escola e à sociedade em geral e alguns grupos sociais, reivindicam pelo reconhecimento de sua particularidade territorial, sobretudo os diferentes sujeitos políticos que vivem no campo, assim reivindicam por uma proposta educativa construída a partir das lutas e resistências dos povos do campo, das águas e das florestas, reconhecendo-os como sujeitos históricos de direitos e produtores de conhecimentos. Nesse contexto, a Educação Popular, fundamentada em princípios freireanos, contribui para a construção de processos educativos dialógicos, participativos e emancipatórios, nos quais o saber popular é valorizado e articulado ao conhecimento científico. A Educação em Agroecologia emerge como um eixo integrador dessas perspectivas, ao propor práticas educativas voltadas para a sustentabilidade, a soberania alimentar e a valorização dos territórios, contrapondo-se ao modelo hegemônico do agronegócio. Assim, a articulação entre Educação do Campo, Educação Popular e Educação em Agroecologia fortalece processos formativos críticos, contextualizados e comprometidos com a transformação social, a justiça socioambiental e a autonomia dos sujeitos do campo, promovendo uma educação vinculada à realidade, às relações de trabalho e aos modos de vida camponeses.

Palavras-chave: educação do campo; educação popular; práticas educativas.

ABSTRACT

This memorial presents the results of the knowledge and practices developed over the last four years during my Bachelor's degree in Agroecology at UFRPE. The tools used to construct this work were semester reports, community experiences during immersion periods and "community time," as well as systematized readings on the themes that most resonated with my journey: Popular Education, Countryside Education, and Agroecology Education. Education is understood as a social practice involving families, schools, and society at large. Specific social groups demand recognition of their territorial particularities—especially the diverse political subjects living in rural areas—advocating for an educational proposal built from the struggles and resistance of the peoples of the countryside, waters, and forests, recognizing them as historical subjects of rights and producers of knowledge. In this context, Popular Education, grounded in Freirean principles, contributes to the construction of dialogic, participatory, and emancipatory educational processes, in which popular knowledge is valued and articulated with scientific knowledge. Agroecology Education emerges as an integrating axis of these perspectives by proposing educational practices focused on sustainability, food sovereignty, and the valuation of territories, opposing the hegemonic model of agribusiness. Thus, the articulation between Countryside Education, Popular Education, and Agroecology Education strengthens critical, contextualized formative processes committed to social transformation, socio-environmental justice, and the autonomy of rural subjects, promoting an education linked to reality, labor relations, and peasant ways of life..

Keywords: rural education; popular education; education practices

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| BACEP | Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular |
| EFAS | Escola Família à Agrícola de Sobradinho |
| ESO | Estágio Supervisionado Obrigatório |
| GEPEC | Gerência de Políticas de Educação do Campo |
| IFPE | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| REIFAISA | Rede das Escolas Família Agrícola Integradas do Semiárido |
| SECADI | Secretária de Alfabetização, Diversidade e Inclusão |
| UPE | Universidade de Pernambuco |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRPE | Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| VRU | Vivência Realidade Campo |
| VU | Vivência Universidade |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 INÍCIO DA JORNADA | 15 |
| 2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA | 16 |
| 2.2 AS EXPERIÊNCIAS QUE ME MOLDAM – EDUCADORA EM AGROECOLOGIA | 19 |
| 3 ESTÁGIO NO BACEP: AGROECOLOGIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FORMAL NA BAHIA E EM PERNAMBUCO..... | 24 |
| 4 CONCLUSÃO | 29 |

1. INTRODUÇÃO

Meu nome é Célia Bernadete Ferro, nasci em São Sebastião, litoral de São Paulo, filha de Nirze Bittencourt Ferreira e Francisco Ferreira Ferro, ambos in memoriam. Sou filha de pescadora e agricultor. Cresci entre o mar e a terra, em uma comunidade de ribeirinhos conhecida por Toc Toc Grande - SP, onde aprendi desde cedo o valor da natureza, o respeito ao alimento e o silêncio das águas. Minha mãe, mulher forte e guerreira, tirava do mar o sustento de casa; meu pai, com as mãos calejadas, cuidava da terra e das plantações. Essa origem simples e cheia de significados construiu em mim o amor pela natureza e o olhar atento ao trabalho do povo que vive do campo e das águas.

Somos oito irmãos, e foi nessa convivência coletiva que aprendi o sentido da partilha. A vida simples de roça e mar me ensinou o valor da solidariedade e da resistência. A cada amanhecer, eu via o trabalho da minha mãe como um gesto de coragem, enfrentando o vento e a maré. Carrego dela a força e a fé; de meu pai, herdei o amor pela terra e o cuidado com o que brota dela. Hoje compreendo que essa herança é também uma forma de sabedoria popular e ancestral — o início da minha identidade como mulher negra, ligada à terra e à agroecologia.

Antes de chegar ao Bacharelado em Agroecologia, também chamado internamente de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (BACEP/UFRPE), sigla que vou utilizar ao longo deste trabalho, percorri outros caminhos. Estudei música e canto, fiz ballet clássico até os 15 anos, e cursei Biblioteconomia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) até o terceiro período. Mais tarde, ingressei em Administração na Universidade de Pernambuco (UPE), mas percebi que não era o que fazia meu coração pulsar. O curso técnico em Edificações pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Pernambuco (IFPE), que concluí em 1998, me deu outra visão: a importância da construção, não apenas de prédios, mas de espaços humanos e sustentáveis. Cada etapa foi uma semente, até que, com o tempo, compreendi que meu lugar era junto da terra, das pessoas e da vida simples, e foi assim que encontrei a Agroecologia.

Atualmente, moro em Recife, e é aqui que sigo estudando e me formando como agricultora urbana e aprendiz da terra. Fiz parte do curso do BACEP, uma experiência que mudou meu olhar sobre a vida e o futuro. Dentro do curso, me

reconheço como uma mulher camponesa urbana, que transita entre o concreto da cidade e a força da terra, buscando o equilíbrio entre o saber acadêmico e o saber popular.

Sou uma estudante que acredita na coletividade, no respeito à diversidade e na construção de um mundo mais justo. No grupo, costumo ser aquela que escuta, que escreve, que observa o silêncio das plantas e das pessoas. Particpei de um coletivo de agroecologia urbana, onde atuava no Sítio Azulão, território urbano, localizado no bairro de Jardim São Paulo na cidade do Recife, junto com os colegas de turma. Ali vivemos um processo de aprendizado constante, enfrentando o solo argiloso, o sol forte e o desafio de cultivar vida onde antes havia apenas mato e desânimo. Cada muda plantada naquele espaço trouxe consigo uma história de luta, esperança e resistência.

Em outra atividade coletiva desenvolvida com os colegas de turma, foi a construção do calendário anual das estações do ano na implantação do Sistema Agroflorestal (SAF) no Sítio Azulão. Nesse espaço, percebi que aprender não é apenas absorver conhecimento, mas vivenciar a vida em sua totalidade — respeitando o tempo das plantas, das pessoas e das águas.

Este memorial foi construído a partir da memória viva — dos registros em cadernos, das conversas coletivas, das anotações de campo e das lembranças que guardo no coração, da escuta atenta dos lugares e das pessoas que caminharam comigo, relatórios de campo, fotografias, anotações de aulas, registros de reuniões, leituras das temáticas marcantes e sentimentos vividos ao longo da trajetória no curso, das trocas com colegas e professores, das risadas, das visitas, das dificuldades, das conquistas que se transformaram em palavras, reconstruindo o que vivi entre 2022 e 2025.

As pessoas que me acompanharam neste percurso são muitas, e cada uma delas deixou um rastro de aprendizado, foram 4 anos que tivemos à oportunidade de estudar 4 grandes eixos temáticos, onde cada eixo ficávamos envolvidos por 2 semestres, que são eles: Conhecer o etnoagroecossistema; Planejar e Agir na transformação do etnoagroecossistema; Agir no etnoagroecossistema e Avaliar, Analisar e Sistematizar no etnoagroecossistema, onde tivemos à oportunidade de estudar diferentes temáticas com docentes especializados. Muitos temas foram trazidos como peça fundamental para compreender a complexidade da agroecologia, contudo, mais à frente vou aprofundar 3 temáticas que foram peças chave nesse

período de formação: Educação Popular, Educação do Campo e Educação em Agroecologia.

No Sítio Azulão, vivi experiências que marcaram profundamente minha trajetória. No início, o solo argiloso e o desânimo pareciam obstáculos, mas com a ajuda dos colegas e o incentivo de um técnico da UFRPE, conseguimos plantar e ver a vida brotar. Com o cuidado do proprietário, o espaço foi ganhando forma e se transformou em um território de aprendizagem viva.

As tardes de trabalho, as risadas, as trocas de sementes e as conversas à sombra das árvores me ensinaram o verdadeiro significado da agroecologia: o cuidado com a vida. Hoje, o Sítio Azulão é também um espaço de resistência e de sonhos. Eu, juntamente com outros colegas, planejamos construir um canteiro de ervas medicinais, um espaço de cura e sabedoria popular, onde as plantas falam a linguagem dos ancestrais.

Escrever este memorial foi como revisitar uma estrada cheia de flores e espinhos. Cada lembrança me levou a reencontrar a menina que corria descalça pelas margens do rio, a jovem que buscava seu lugar no mundo, e a mulher que hoje se reconhece como agricultora urbana, aprendiz da terra e defensora da agroecologia.

Este trabalho está organizado em 4 capítulos. Iniciando com esta introdução, logo depois temos o capítulo 2: Início da jornada na Agroecologia. Este capítulo apresenta o início da minha trajetória no curso de Bacharelado em Agroecologia, destacando o primeiro contato com os princípios agroecológicos e com a Educação do Campo.

Ao ingressar na Agroecologia, passei a compreender o território como espaço de vida, saberes e resistência, reconhecendo a importância da relação entre natureza, sociedade e trabalho. As disciplinas iniciais contribuíram para a construção de um olhar crítico sobre o modelo do agronegócio e fortaleceram meu interesse pela educação popular, pelos solos e pelos processos formativos voltados à realidade dos povos do campo e da cidade.

No capítulo 3 : são abordados, as experiências de estágio, fundamentais para articular teoria e prática. Os estágios possibilitaram vivências em diferentes territórios, promovendo o contato direto com comunidades, educadores e práticas agroecológicas. Essas experiências contribuíram para o desenvolvimento de uma postura ética, política e pedagógica, reforçando o compromisso com a Agroecologia, a educação contextualizada e a valorização dos saberes populares. Os estágios foram

espaços de aprendizado coletivo, diálogo e fortalecimento da identidade como educadora em Agroecologia.

No capítulo 4 – Conclusão, de forma sintética, os principais aprendizados ao longo da jornada na Agroecologia. A trajetória formativa evidenciou que a Agroecologia vai além de práticas agrícolas, configurando-se como um projeto político, social e educativo. As experiências vividas, desde o ingresso no curso até os estágios, contribuíram para a construção de uma formação crítica, comprometida com a transformação social, a justiça socioambiental e o fortalecimento dos territórios.

2. INÍCIO DA JORNADA: O ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA

Ao longo dos oito períodos vivenciados no Bacep, percebo-me como parte integrante de um processo maior, que envolve a luta dos povos do campo, a defesa dos territórios, a valorização da agricultura familiar e a busca por justiça social.

Desde o primeiro contato, a agroecologia se apresentou não apenas como ciência, mas como prática social, política e cultural. Uma ciência que nasce do povo, que dialoga com o povo e que responde às realidades concretas das comunidades. Um campo onde a sabedoria popular, os saberes tradicionais e o conhecimento científico se encontram e se fortalecem mutuamente.

Durante os 8 períodos, 4 anos de curso, foram trabalhadas diversas temáticas: Educação Popular, Solos, Educação em Agroecológica, Educação das relações Étnico-Racial, Economia Solidária, Expressão Corporal, Segurança e Soberania Alimentar, Direitos Humanos, entre outros. Contudo, o texto vai aprofundar as temáticas que mais me chamam atenção que foram Educação Popular, Educação do campo e Educação em Agroecologia.

Vale ressaltar que o curso funciona em Regime de Alternância, onde temos Vivência Universidade (VU) durante uma semana e à Vivência Realidade Campo (VRC) por três semanas que desenvolvemos atividades em nossos territórios ou, para aqueles que não tem, como é meu caso, adota um território. Tive à oportunidade de conhecer diferentes territórios, para aprofundar meus conhecimentos.

É preciso registrar que o curso tem diversas estratégias metodológicas, como as imersões¹, que aconteceram no início de cada semestre em diferentes regiões de Pernambuco: Mata Sul, Mata Norte, Agreste, Sertão, Região Metropolitana do Recife. Além dessas regionais, aproveitamos durante as imersões e participamos do Seminários de Sementes Crioulas do Movimento Camponês Popular que aconteceu na UFPE no mês outubro de 2023, e do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, que foi nossa última imersão em outubro de 2025. De todas as imersões o que me marcou mais, foi conhecer as experiências diversas e as famílias do território sertão. Anteriormente, minha percepção inicial, influenciada por visões estereotipadas do Sudeste, mudou completamente ao vivenciar a força, a beleza e a resistência do povo sertanejo. Essa vivência transformou minha forma de olhar para o Brasil.

¹ Consiste num instrumento pedagógico, que propociona à saída da universidade para conhecer os diferentes territórios de aprendizados, que dialogam com as temáticas, aprofundando e vivenciando aprendizados..

2.1. Educação do campo e Educação em Agroecologia

A Educação do Campo e a Educação em Agroecologia constituem campos de saber e prática que dialogam profundamente entre si, pois ambas emergem das lutas sociais dos povos do campo e da necessidade de construir modelos educativos comprometidos com a vida, o território e a justiça social.

Essas duas perspectivas, se contrapõem aos modelos hegemônicos de educação e de produção agrícola, que historicamente desconsideram os saberes populares, promoveram a expropriação dos sujeitos do campo e contribuíram para processos de exclusão social, ambiental e cultural.

Inspiradas no pensamento de Paulo Freire, essa temática permitiu compreender a educação como processo emancipador. Para Freire (1996, p 47), “aprendeu que ensinar não é transferir conhecimento, mas mediar encontros, promover diálogos e construir caminhos com as pessoas”. A educação popular desperta olhar para a importância do educador/a como agente transformador/a e para potencializar os sujeitos das comunidades na produção de saberes e mudança social.

A Educação do Campo surge como uma resposta crítica à educação rural tradicional, que trata o campo como espaço atrasado e subordinado à lógica urbana. Ao contrário, reconhece esse espaço como rica fonte de produção de conhecimento, cultura, identidade e resistência (Caldart, 2004). Ela se constrói a partir das reivindicações de movimentos sociais camponeses, sindicatos, associações comunitárias e organizações populares, defendendo uma educação que respeite os tempos, os saberes e as formas de vida das populações camponesas.

Neste sentido, a educação do campo não se limita à oferta de escolarização em áreas rurais, mas propõe uma educação contextualizada, vinculada à realidade dos sujeitos do campo, onde lutaram para conquistar este espaço, às relações de trabalho, à cultura local e às lutas sociais. Trata-se de uma educação comprometida com a formação integral dos sujeitos do campo, valorizando sua identidade, fortalecendo sua autonomia e contribuindo para a permanência digna do território (Pinto et al., 2025).

A Educação em Agroecologia, por sua vez, se apresenta como uma proposta educativa, científica e política que questiona o modelo agrícola baseado no agronegócio, no uso intensivo de agrotóxicos e na exploração predatória da natureza. A agroecologia compreende os sistemas agrícolas como agroecossistemas, nos

quais, aspectos ambientais, sociais, culturais, éticos e econômicos estão interligados. Assim, a educação em agroecologia vai além do ensino de técnicas agrícolas sustentáveis, envolvendo a construção de uma consciência crítica sobre as relações entre sociedade, natureza e produção de alimentos (Marcatti, 2020).

“A agroecologia se fundamenta na valorização dos saberes tradicionais, no diálogo de saberes entre ciência e conhecimento popular, e na defesa da soberania alimentar, da biodiversidade e da justiça social” (Gomes e Assis, 2013, p. 245). Dessa forma, a educação em agroecologia assume um caráter profundamente pedagógico e emancipador, alinhado aos princípios da educação popular, especialmente às ideias de (Freire, 1987), ao defender o diálogo, a problematização da realidade e a construção coletiva do conhecimento, pedagogia do oprimido.

A articulação entre Educação do Campo e Educação em Agroecologia se dá de forma orgânica, pois ambas compartilham princípios éticos, políticos e pedagógicos semelhantes. A primeira oferece a base político-pedagógica e metodológica, que reconhece os sujeitos do campo como protagonistas do processo educativo, enquanto a segunda contribui com conteúdo, práticas e valores que fortalecem a relação equilibrada entre ser humano e natureza.

No contexto educativo, essa integração se materializa em currículos que dialogam com o território, em práticas pedagógicas que unem teoria e prática e em metodologias que valorizam a experiência vivida pelos educandos e as educandas.

A escola do campo, quando orientada pelos princípios da agroecologia, torna-se um espaço de reflexão crítica sobre os modos de produção, o uso da terra, a preservação dos bens naturais e a construção de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento (Brito et al., 2022, p. 366)

Essa integração também fortalece a dimensão política da educação, pois tanto a Educação do Campo quanto a Educação em Agroecologia compreendem a educação como instrumento de transformação social. Ao problematizar as desigualdades no acesso à terra, à água, às sementes e ao conhecimento, essas propostas educativas contribuem para a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir em suas realidades e de construir projetos coletivos de desenvolvimento sustentável e solidário.

É preciso compreender que, a educação, o território e à prática agroecológica, consiste no processo educativo, que não ocorre apenas na sala de aula, mas se constrói no cotidiano dos territórios, nas práticas agrícolas, nas relações comunitárias

e nas experiências de luta e resistência. A vivência no campo possibilita aprendizagens que extrapolam os conteúdos formais, envolvendo o cuidado com a terra, o respeito aos ciclos da natureza e a valorização do trabalho coletivo.

A prática agroecológica, quando incorporada ao processo educativo, promove uma aprendizagem significativa, pois conecta o conhecimento científico aos saberes tradicionais e às experiências concretas dos sujeitos do campo, bem como o cultivo de alimentos sem agrotóxicos, o manejo do solo, a preservação das sementes crioulas e a convivência com os biomas locais tornam-se elementos pedagógicos fundamentais para a compreensão crítica da realidade e para a construção de valores éticos relacionados à sustentabilidade e à solidariedade.

Nesse exercício reflexivo, “é possível perceber que educar em agroecologia no contexto da Educação do Campo significa educar para a vida, para a autonomia e para a coletividade” (Sousa, 2017, p. 19- 25). O território passa a ser compreendido como espaço educativo, onde cada prática, cada experiência e cada desafio se transformam em oportunidades de aprendizagem. Essa perspectiva rompe com a lógica fragmentada do conhecimento e promove uma formação integral, que articula dimensões cognitivas, sociais, culturais e ambientais.

Além disso, tal integração ajuda a fortalecer a identidade camponesa para a valorização dos sujeitos historicamente invisibilizados. Ao reconhecer o saber do agricultor e da agricultora como conhecimento legítimo, a educação assume um papel fundamental na construção da autoestima, do pertencimento e da consciência crítica dos educandos (Lima, Caetano, 2020).

Tais perspectivas, constituem uma proposta educativa potente e transformadora, capaz de enfrentar os desafios sociais, ambientais e educacionais do meio rural. Reafirmam a educação como direito, como prática emancipadora e como instrumento de fortalecimento dos territórios camponeses, segundo Arroyo (2004).

Essa integração possibilita a construção de uma educação comprometida com a sustentabilidade, com a justiça social e com a valorização da vida em todas as suas formas. Assim, educar no campo e pela agroecologia é, sobretudo, um ato político e pedagógico que reafirma a esperança, a resistência e a capacidade dos povos do campo de construir seus próprios caminhos de desenvolvimento e bem viver (Caldart, 2004; Arroyo, 2004; Freire, 1987; Marcatti, 2020).

2.2. As experiências que me moldaram - Educadora em Agroecologia

Ser educadora em Agroecologia é assumir um compromisso ético, político e pedagógico com a vida, com os territórios e com os sujeitos que constroem seus saberes a partir da relação com a terra, nas falas de (Altierie, 2002). Essa atuação ultrapassa o espaço formal da sala de aula e se materializa nas práticas cotidianas, no diálogo de saberes e na construção coletiva do conhecimento. As experiências vividas enquanto estudante a se formar educadora em Agroecologia, tanto em contextos rurais quanto periurbanos, área de transição entre o espaço rural e urbano contribuíram de forma significativa para a compreensão do papel transformador quanto bacharela e educadora em agroecologia.

Quero aqui contar um pouco da minha experiência nesses últimos 4 anos de curso em Agroecologia da UFRPE, foram muitas experiências significativas nos territórios onde passei, durante à VRC, bem como nas escolas formais que tive à oportunidade de trocar experiências.

A primeira experiência ocorreu na Escola Municipal Menino Jesus da Bomba Grande, localizada no bairro da Iputinga, em Recife no ano 2022, uma área urbana da Região Metropolitana, a oportunidade surgiu através de um estudante do Bacep, que trabalhava na Prefeitura e fornece mudas e sementes para a escola, ele me convidou para conhecer o espaço e fazer minha atividade de campo no local. Neste contexto, participei da criação de uma horta urbana, o processo de construção foi feito com a professora da escola e com os estudantes, plantamos mudas de coentro, pimentão e maracujá, foi uma aula prática que só os estudantes do ensino fundamental (1ºano) participaram, toda atividade foi dentro da escola sem a participação da comunidade, considerando as especificidades do território e ausência de espaços amplos para cultivo.

Utilizando sementes crioulas - conhecidas como sementes tradicionais ou nativas). São muito mais que insumos agrícolas; elas são patrimônios genéticos e culturais mantidos por gerações. Neste local fiquei pouco tempo, apenas quatro dias para concluir a atividade.

Toda a atividade foi supervisionada pela professora da escola cuja orientação pedagógica contribuiu para que a prática agroecológica fosse realizada de forma consciente e educativa. A horta urbana se tornou um espaço pedagógico vivo, onde os estudantes puderam compreender, na prática, os princípios da agroecologia. A

agroecologia vai muito além de apenas plantar sem veneno. Ela é uma ciência, um movimento político e uma prática social que busca criar sistemas agrícolas sustentáveis e justos.

Diferente da agricultura industrial, que foca apenas na produtividade, a agroecologia olha para o ecossistema como um todo. Segundo Gliessman (2009), os pilares e princípios fundamentais da agroecologia são:

- **Princípios Ecológicos** - O objetivo aqui é mimetizar a natureza para que o sistema se autorregule.

Diversidade: Uso de policultivos (várias espécies juntas) e integração entre animais e plantas. Isso aumenta a resiliência contra pragas.

Reciclagem de Nutrientes: Minimizar o desperdício fechando os ciclos de biomassa e matéria orgânica (compostagem, adubação verde).

Saúde do Solo: O foco não é alimentar a planta diretamente, mas sim manter a vida e a fertilidade do solo.

Sinergia: Promover interações positivas entre os elementos do sistema (ex: árvores que fazem sombra para culturas sensíveis e fixam nitrogênio).

- **Princípios Socioeconômicos e Políticos** - A agroecologia entende que não existe comida saudável sem justiça social.

Soberania Alimentar: O direito dos povos de decidirem o que cultivam e o que comem, sem dependência de grandes corporações de sementes e agrotóxicos.

Circuitos Curtos de Consumo: Valorização do comércio local e direto entre produtor e consumidor (feiras orgânicas).

Justiça Social: Foco na agricultura familiar, na reforma agrária e na equidade de gênero no campo.

Valorização de Saberes: União entre o conhecimento científico moderno e o saber tradicional/ancestral de camponeses e povos indígenas.

No ano seguinte, 2023 tive à oportunidade de participar da construção de uma horta agroecológica no Sítio Azulão no bairro de Jardim São Paulo - Recife, fomos construir um SAF (sistema agroflorestal), para uma aula prática, chegamos ao local através de uma colega de turma, que mora no bairro e conhece o do local, juntamente com alguns colegas de sala. Essa vivência foi fundamental para aprofundar o entendimento sobre o trabalho coletivo, o manejo do solo, o cuidado com as plantas e a importância da diversidade nos sistemas agroecológicos. O Sítio Azulão se configurou como um território de aprendizagem, onde teoria e prática caminham

juntas, fortalecendo a formação enquanto educadora comprometida com a agroecologia.

A terceira experiência ocorreu na Escola Estadual Walfrido Advíncula, localizada em Olinda - PE, em uma área de zona rural, durante à VRC no dia 22/03/2024, o estudo da temática de educação do campo, que recebi um convite da docente responsável, para ministrar uma oficina sobre alimentação saudável, oportunidade de unir à educação do campo com à temática de segurança alimentar.

Neste espaço, tive a oportunidade de atuar como educadora abordando e dialogando com os estudantes de uma turma do Fundamental I, sobre a importância de uma alimentação equilibrada, baseada em alimentos naturais e livres de agrotóxicos. Essas leituras foram feitas no Guia de Alimentação para a População Brasileira (Brasil, 2014). Essa vivência contou com a participação de duas colegas de sala e com o apoio e promoção da Secretaria Estadual de Educação do Campo, por meio da Gerência de Políticas de Educação do Campo (GEPEC), o que fortaleceu o caráter pedagógico e identitário dos sujeitos coletivos do campo.

Essa experiência evidenciou que a educação em agroecologia também passa pela conscientização alimentar, pelo resgate de hábitos saudáveis, alimentação equilibrada, hidratação, exercício físico, sono de qualidade, higiene pessoal e saúde mental pela valorização dos alimentos produzidos localmente. Ao dialogar com os estudantes, foi possível perceber como o conhecimento sobre alimentação saudável se conecta diretamente com a realidade de suas famílias, que muitas vezes produzem alimentos, mas nem sempre reconhecem seu valor nutricional e cultural.

Falar sobre alimentação é mergulhar em uma dualidade fascinante: o corpo como máquina biológica e o corpo como construção social. Para entender essa dinâmica, precisamos separar o valor nutricional (o que o alimento faz conosco) do valor cultural (o que o alimento significa para nós).

Para Pollan (2010) a Bioquímica da Nutrição moderna, muitas vezes cai no “nutricionismo” — a tendência de focar tanto nos nutrientes isolados que esquecemos o alimento completo e o prazer de comer. O Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014): É uma referência mundial, citado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que classifica os alimentos pelo nível de processamento, sugerindo que o valor nutricional real está na “comida de verdade” (alimentos in natura ou minimamente processados).

Na perspectiva do Valor Cultural, trazemos como referência o antropólogo Strauss (1996), em sua obra clássica - O Cru e o Cozido, a culinária é uma linguagem pela qual a sociedade traduz sua cultura. O alimento não é apenas “bom para comer”, mas também “bom para pensar”.

Principais Pilares Culturais:

Identidade e Pertencimento: O que comemos define quem somos. Para Montanari (2008), a comida é um elemento de identidade tão forte quanto a língua. O feijão com arroz para o brasileiro ou a baguete para o francês são “bandeiras comestíveis”.

Comensalidade: O ato de comer junto. A socióloga Fischler (2003) destaca que o compartilhamento da refeição fortalece os laços sociais e regula o comportamento do indivíduo dentro do grupo.

Rituais e Tabus: Por que algumas culturas comem porco e outras o consideram impuro? (Douglas, 1976) explora isso em Pureza e Perigo, mostrando que as escolhas alimentares são baseadas em sistemas de ordem e classificação social, não apenas em disponibilidade biológica.

Diante dessas ideias é possível perceber o conflito entre Nutrição vs. Cultura. Às vezes, esses dois valores entram em choque. Um alimento pode ser “pobre” nutricionalmente (como um doce típico de festa), mas “rico” culturalmente por sua carga afetiva e histórica. Assim, a prática educativa se tornou um espaço de troca, escuta e construção conjunta do saber.

Nos últimos 2 períodos do curso, além das temáticas tive à oportunidade de realizar o Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) que foram em escolas da Educação formal: à primeira na Escola Família Agrícola (EFA) de Sobradinho da Bahia e o segundo na Escola Cristo Liberta, que desenvolve à Educação de Jovens e Adultos (EJA Campo) no município de Paulista.

No ESO 1, realizado na Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS), exerci um papel diferente enquanto educadora, ao ministrar uma aula no dia 10/06/25, cheguei nesta experiência através de uma conversa com a minha supervisora, que sugeriu que eu desse aula para os estudantes do curso técnico de Agropecuária, sobre sementes crioulas. Os conceitos que usei foi diversidade genética, símbolo de soberania alimentar, ancestralidade, instrumento de resistência ao modelo do

agronegócio com base em Altieri, (2002) e Shiva, (2003). Essa experiência foi especialmente significativa, pois as sementes crioulas representam resistência, memória e autonomia dos povos do campo.

A atuação na EFAS reforçou a compreensão de que ser educadora agroecológica é também ser guardiã de saberes ancestrais, promovendo o diálogo entre o conhecimento científico e o saber popular. A aula sobre sementes crioulas não se limitou ao aspecto técnico, mas abordou dimensões históricas, culturais e políticas, fortalecendo a consciência crítica dos educandos/as sobre o papel das sementes na manutenção da vida e da biodiversidade.

Já no ESO 2, estive na Escola Cristo Liberta, numa turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA Campo). Esse espaço se revelou como um importante local de aprendizado, especialmente por envolver alunos (todos homens) turma do Ensino Médio, em situação de privação de liberdade ou de recuperação para dependentes químicos. Trabalhar com esses educandos possibilitou compreender a potência da educação agroecológica como instrumento de ressocialização, dignidade e reconstrução de trajetórias de vida. A prática agrícola, nesse contexto, assumiu um papel educativo e terapêutico, promovendo valores como responsabilidade, cooperação e respeito. Segundo Bobbio (1995), ele defende a educação como direito universal, que deve ser garantido independente das condições do sujeito. Já na Constituição Federal (Brasil, 1988, p.60) “à educação é direito de todos e dever do Estado e da família, inclusive em contextos específicos e protegidos”.

A partir dessas experiências, compreende-se que ser uma educadora agroecológica é assumir uma postura de escuta, diálogo e compromisso com a transformação social. É reconhecer que o processo educativo acontece no território, na prática agrícola, na troca de experiências e na valorização dos sujeitos. A educadora agroecológica não é apenas transmissora de conteúdos, mas mediadora de saberes, articuladora de práticas e incentivadora da autonomia dos educandos.

Ser educadora em Agroecologia é compreender a educação como um ato político, que questiona modelos excludentes de produção e de ensino, e propõe alternativas baseadas na sustentabilidade, na solidariedade e no respeito à natureza. É atuar tanto no campo quanto na cidade, reconhecendo que a agroecologia é um caminho possível para a construção de sistemas alimentares mais justos e saudáveis.

Essas vivências demonstram que a educação e a agroecologia se constroem na prática, no coletivo e na relação com os territórios. Cada experiência contribuiu

para a formação de uma identidade docente comprometida com a Educação do Campo, com a EJA, com a agroecologia urbana e rural, e com a construção de uma educação que valoriza a vida em todas as suas dimensões.

As experiências enquanto educadora em Agroecologia evidenciam que essa prática educativa vai além do ensino técnico, configurando-se como um processo formativo integral, crítico e transformador. Atuar em diferentes territórios e com diferentes sujeitos possibilitou compreender a diversidade de contextos e a potência da agroecologia como ferramenta educativa.

À prática da educadora agroecológica é, portanto, semear conhecimento, cultivar consciência e colher transformação social. É acreditar que a educação, quando enraizada na realidade e orientada pelos princípios da agroecologia, tem o poder de fortalecer sujeitos, territórios e comunidades.

3. ESTÁGIOS NO BACEP: Agroecologia no currículo da educação formal na Bahia e em Pernambuco.

Durante o ESO 1 na Escola Família Agrícola (EFA) de Sobradinho/BA - descobri a beleza de ensinar adolescentes e crianças em um ambiente baseado na pedagogia da alternância. A convivência com os estudantes, as trocas de saberes e a vivência no território trouxeram maturidade e paixão pela educação do campo. Foi na EFA que percebi, de forma concreta, que ensinar também é aprender.

Escola e vivência prática no território dos estudantes. Essa abordagem é fundamental para articular conhecimento e contexto de vida, um dos pilares da Educação do Campo é a Pedagogia da Alternância, metodologia que organiza o tempo educativo entre momentos de formação promovendo aprendizagens que dialogam com as práticas produtivas rurais, o cuidado

com o meio ambiente e o fortalecimento das identidades camponesas (Caldart, 2004, p. 1;10).

A Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS) é um exemplo concreto da Educação do Campo em prática. Localizada no município de Sobradinho, no sertão do São Francisco, Bahia, a EFAS existe desde 1990, tendo sido idealizada para atender às necessidades formativas de filhos e filhas de agricultores familiares e jovens do meio rural, incentivando tanto a permanência no campo quanto a valorização das vocações locais.

Administrada pela Associação Comunitária Mantenedora da Escola Família Agrícola de Sobradinho (AMEFAS) desde 1994, a escola atua com uma proposta educativa que integra o ensino fundamental, a educação profissional técnica em agropecuária integrada ao ensino médio e práticas comunitárias, articulando saberes científicos e comunitários por meio de uma perspectiva contextualizada de formação.

A EFAS está localizada na zona rural e atende estudantes de diversos municípios que compõem o Território Sertão do São Francisco. A base metodológica da escola, como já mencionado, é a Pedagogia da Alternância, que organiza o processo de ensino-aprendizagem alternando períodos de estudos na escola com vivências práticas nas comunidades e nas propriedades dos estudantes. Essa metodologia busca que o aprendizado escolar esteja diretamente relacionado com a vida no campo, favorecendo uma formação integral que não dissocia conhecimento e realidade social.

Um aspecto central da proposta da EFAS é a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido. Trata-se de um currículo e uma prática pedagógica que considera as condições climáticas, socioeconômicas e culturais da região semiárida — um bioma que exige saberes específicos para a convivência sustentável, manejo dos recursos naturais e produção de alimentos, como aponta Costa (2016). Essa contextualização permite que os estudantes desenvolvam compreensão crítica e habilidades práticas que potencializam sua atuação produtiva e social no território.

Pesquisas realizadas na EFAS destacam que as práticas pedagógicas que integram saberes locais com conteúdo escolares que fortalecem a identidade cultural dos estudantes e promovem maior conexão entre teoria e prática. Ao vivenciar experiências de produção agrícola sustentável, preservação ambiental e organização comunitária, os educandos tornam-se sujeitos mais críticos e comprometidos com o desenvolvimento local.

Além de sua função educativa, a EFAS desempenha um papel articulador no território, aproximando escolas, famílias e organizações sociais para fortalecer a educação como projeto social comunitário. Por meio de parcerias e articulações com redes como a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA), a escola contribui para o fortalecimento de políticas educativas e de práticas agroecológicas que ampliam oportunidades para jovens do campo, promovendo intercâmbios de saberes entre escolas e comunidades.

Esse caráter comunitário e de luta se evidencia também na formação dos próprios educadores, cujas trajetórias reflexivas e compromisso com a educação do campo são temas de estudos que apontam para uma formação docente que reconhece e valoriza as lutas e resistências sociais da região.

A Educação do Campo, ao problematizar uma educação que transcende a mera transmissão de conteúdos, e a experiência da Escola Família Agrícola de Sobradinho, ao implementá-la de forma prática e contextualizada no Semiárido, constituem um modelo pedagógico que valoriza a vida no campo, os saberes locais e a formação de sujeitos críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável de seus territórios. Enquanto campo de estudos e ação educativa, essa proposta desafia as formas tradicionais de ensino e reafirma a importância de uma escola que se articula com a realidade concreta de seus estudantes.

À segunda experiência, foi durante o ESO 2 – Escola Cristo Liberta anexo da escola Anita Gonçalves localizada em Paratibe - Paulista/PE - A Educação de Jovens e Adultos do Campo (EJA Campo) constitui-se como uma política educacional e uma prática pedagógica voltada para garantir o direito à educação básica àqueles sujeitos que, por diferentes razões históricas, sociais, econômicas e políticas, tiveram seus processos de escolarização interrompidos ou negados. No contexto rural brasileiro, essa modalidade assume características próprias, uma vez que dialoga diretamente com os modos de vida, as relações de trabalho, a cultura e as lutas sociais dos povos do campo (Arroyo, 2007).

A EJA Campo emerge da necessidade de superar uma concepção compensatória de educação, que historicamente tratou jovens e adultos apenas como “atrasados escolares”, desconsiderando suas trajetórias, saberes e experiências. Ao contrário, a Educação do Campo, articulada à EJA, compreende esses sujeitos como portadores de conhecimentos construídos na prática social, especialmente nas atividades agrícolas, comunitárias e culturais. Dessa forma, a EJA Campo propõe uma

educação contextualizada, crítica e emancipadora, que reconhece o campo como espaço de produção de vida, saberes e identidades.

A importância da EJA Campo está diretamente relacionada à garantia do direito à educação como direito humano fundamental, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). No entanto, no meio rural, esse direito historicamente foi negado ou precarizado, seja pela ausência de escolas, pela distância geográfica, pela necessidade do trabalho precoce ou pela desvalorização da educação voltada às populações camponesas.

Nesse sentido, a EJA Campo desempenha um papel estratégico no enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais, contribuindo para a redução do analfabetismo, para a elevação da escolaridade e para o fortalecimento da cidadania dos povos do campo, Ministério da Educação (MEC) Secretária de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) (Brasil, 2014). Mais do que possibilitar a conclusão da educação básica, essa modalidade promove o acesso ao conhecimento científico de forma articulada com a realidade vivida, permitindo que os educandos compreendam criticamente as condições sociais em que estão inseridos.

Além disso, a EJA Campo dialoga fortemente com os princípios da educação popular, inspirada em autores como Freire (1967), ao defender uma prática educativa baseada no diálogo, na problematização da realidade e na construção coletiva do conhecimento. Nessa perspectiva, o processo educativo não se limita à sala de aula, mas se estende às vivências comunitárias, ao trabalho e às lutas sociais, promovendo a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres.

Esses sujeitos carregam trajetórias marcadas pela exclusão educacional, pela pobreza, pela desigualdade social e pela negação de direitos básicos. Muitos iniciaram a escolarização tardiamente ou tiveram que abandoná-la em função do trabalho, da falta de acesso à escola ou das condições precárias do sistema educacional no campo. No entanto, são também sujeitos de resistência, detentores de saberes populares, conhecimentos sobre a terra, as sementes, o clima e as relações comunitárias.

A EJA Campo reconhece que esses educandos não chegam à escola “vazios”, mas trazem consigo uma bagagem cultural, histórica e social que deve ser valorizada no processo educativo. Assim, o currículo e as práticas pedagógicas precisam dialogar com suas experiências, respeitando o ritmo de aprendizagem, a

diversidade geracional e as especificidades territoriais. Esse reconhecimento fortalece a autoestima dos educandos e contribui para uma aprendizagem mais significativa.

Outro elemento importante é a diversidade etária presente na EJA Campo. Jovens que não concluíram a escolarização regular convivem com adultos e idosos que retornam à escola motivados pelo desejo de aprender a ler e escrever, de compreender melhor o mundo ou de participar mais ativamente da vida social e política. Essa diversidade enriquece o processo educativo, possibilitando trocas intergeracionais e construção coletiva do conhecimento.

O segundo estágio foi um choque de realidades e um exercício profundo de empatia e humanidade. Trabalhar com homens que enfrentaram drogas, violência e encarceramento lhe permitiu enxergar a educação como ferramenta de reintegração, dignidade e recomeço. Foi uma das experiências mais impactantes e transformadoras na minha formação.

A EJA campos professores são contratados através de seleção pública, temos aulas de linguagem, ciências da natureza, matemática, ciências humanas e o diferencial é que temos aulas de práticas agrícolas e tempo comunidade. A escola Cristo Liberta tem duas salas de aulas, cinco professoras e uma coordenadora, e funciona há três anos.

Quando fiz meu ESO 2 participei de algumas aulas de técnicas agrícolas, onde fizemos uma horta suspensa, que plantamos coentros, também participei da colheita de feijão. Assisti à aula junto com os estudantes do 3º do ensino médio, aula dada pela minha supervisora que também é professora.

Na escola Cristo Liberta, pude levar meu conhecimento em agroecologia, mostrando para os estudantes que podemos plantar sem agrotóxicos.

4. CONCLUSÃO

Ao concluir este percurso formativo, reconheço-me hoje como uma agroecóloga educadora em constante construção, forjada no diálogo entre teoria, prática e território. A Agroecologia deixou de ser apenas um campo de estudo para se afirmar como um projeto de vida, ético e político, que orienta minha forma de compreender o mundo, educar e me relacionar com os sujeitos e com a natureza. As experiências vividas ao longo da graduação, especialmente nos territórios de atuação,

reforçaram em mim a certeza de que educar em Agroecologia é assumir um compromisso com a vida, com os saberes populares e com a transformação social.

Entre as principais aprendizagens que levo para minha trajetória profissional estão a valorização do conhecimento construído coletivamente, o respeito às realidades locais e a compreensão de que o território é um espaço vivo de disputas, resistências e possibilidades. A prática agroecológica ensinou-me que não há receitas prontas, mas processos construídos a partir da escuta, do diálogo e da observação atenta dos agroecossistemas e das relações humanas que neles se estabelecem. Essas aprendizagens fortalecem minha atuação como educadora, especialmente na educação do campo, popular e agroecológica.

Minha atuação no território, em especial na agroecologia urbana, evidenciou o potencial transformador de iniciativas coletivas, mesmo diante de desafios estruturais, sociais e ambientais. Fora dele, compreendo a importância de articular redes, fortalecer movimentos sociais e contribuir com processos formativos que ampliem a consciência crítica e a autonomia dos sujeitos. Nesse sentido, meus planos futuros envolvem dar continuidade à formação acadêmica, por meio da pós-graduação, mestrado e doutorado, sem perder o vínculo com os territórios e com as práticas concretas que dão sentido à Agroecologia.

Essa trajetória também se conecta profundamente com minha vida pessoal, marcada por resistências, afetos e pela crença na educação como instrumento de transformação. Em um contexto de profundas desigualdades sociais, crise ambiental e ataques aos direitos dos povos do campo, a Agroecologia se reafirma como um caminho possível e necessário. Finalizo este percurso com a convicção de que seguir como agroecóloga educadora é continuar semeando esperança, construindo saberes e fortalecendo territórios, na perspectiva de um futuro mais justo, solidário e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba, Rio Grande do Sul. Agropecuária. 2002
- ARROYO, Miguel. González. **Título Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**, Vozes. 2004.
- ARROYO, Miguel. González. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**, Belo Horizonte: Autêntica, 2007
- BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito**. Tradução de Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da educação. **Lei de Diretrizes Básicas da Educação - LDB**. Brasília. Publicado em 20 de dez. 1996
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia de Alimentação para à população Brasileira**. Brasília - DF. 2014. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 10 out 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Educação de Jovens e Adultos: Campo, Águas e Florestas**. Brasília: MEC/SECADI, 2014
- BRITO; Francisco Emanuel Matos, ANDRADE; Gilmar. Santos, SODRÉ; Maria. Dorath. Bento; RODRIGUES; Rosana. Mara. Chaves [Org.] **Educação do Campo e Agroecologia: resistência e luta pelo fortalecimento dos saberes e fazeres**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, Expressão Popular. 2004
- CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Trabalho Necessário**. Niterói, v. 2, n. p.1- 10, 2004.
- COSTA, Tiago Pereira da. Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro. **III Colóquio de Pós - Graduação do Vale do São Francisco**. Juazeiro, BA: Universidade do estado da Bahia. PPGESA, 2016.
- PINTO, Vanderlei Porto; SILVA, Lucy de Deus Portela; CRUZ, Ariadny Batista; SOUZA, Irineia Pereira de; SILVA, Assiria Caldeira de Souza. CURRÍCULOS CONTEXTUALIZADOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: Um Caminho para a Valorização da Identidade. **Revista Irecê**. Vol 07. n 04. . 20709–20723, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4737>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo, 1976
- SOUZA. Romier da Paixão. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. **Ciência e Cultura**. Vol. 69, n. 2 São Paulo Apr. / jun 2017. Disponível em: <[Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil](#)> Acesso em: 12 mar 2026
- FICHLER, Claude. A gastro – anomia: a crise contemporânea da modernidade alimentar. **Em Aberto**, Brasília, v. 20, n. 75, p. 61-71, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009

GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. (Coleção Transição Agroecológica; 1)

LIMA, Viviane Cristina Silva; CAETANO, Rogério da Costa. Agroecologia e Educação do Campo: um estudo de caso da Escola Família Agrícola de Jacaré, Itinga (MG). **Revista de Ciências da Educação**, v. 1, n. 46, 2020. p. 65 à 86.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

MARCATTI, Amanda. A questão agrária em Marx e sua assimilação no Brasil. Editora; Periódico. **Revista Trabalho Necessário** (UFF). 2020

POLLAN, Michael. **Regras da comida**: um manual da sabedoria alimentar.

Tradução de Adalgisa Campos da Silva, Rio de Janeiro; intrínseca. 2010.

SHIVA, Vandana. **Terra Viva**: minha vida em uma Biodiversidade de Movimento, Boitempo. São Paulo. 2003